

Sumário

1

CONSTITUCIONALISMO

FASES DO CONSTITUCIONALISMO	42
: Constitucionalismo na Antiguidade Clássica	42
: Constitucionalismo Antigo	43
: Constitucionalismo Inglês.....	44
: Constitucionalismo Norte-Americano.....	46
: Constitucionalismo Francês.....	47
» O constitucionalismo francês e a formação teórica do poder constituinte.....	48
: Constitucionalismo Liberal	49
: Constitucionalismo Social.....	50
: Constitucionalismo Contemporâneo (ou Neoconstitucionalismo).....	50
: Transconstitucionalismo.....	54
: Novo Constitucionalismo Latino-Americano	54
: Constitucionalismo do Futuro.....	54
: Constitucionalismo Whig (ou Termidoriano).....	55
: Constitucionalismo abusivo e constitucionalismo autoritário.....	56
: Constitucionalismo digital	58
: Constitucionalismo feminista.....	60
A INTERPRETAÇÃO DO DIREITO NAS FASES DO CONSTITUCIONALISMO LIBERAL, SOCIAL E CONTEMPORÂNEO	61

2

CONSTITUIÇÃO

CONCEITO DE CONSTITUIÇÃO	65
: Concepção Sociológica.....	66
: Concepção Jurídica.....	66
: Concepção Política.....	67
: Concepção Culturalista.....	69
: A Força Normativa da Constituição	69
: A Constituição como um Processo Público	70
: A constituição à luz da teoria dos sistemas sociais de Luhmann	71
» Possibilidade de explicar outros institutos jurídicos à luz da teoria sistêmica de Luhmann.....	72
: Constituição Dirigente	73
: Constituição-lei.....	74
: Constituição-fundamento (ou Constituição-total).....	74

· Constituição-moldura (ou Constituição-quadro).....	75
· Constituição dúctil (ou maleável ou suave).....	75
CONSTITUCIONALIZAÇÃO SIMBÓLICA	76
CROWDSOURCED CONSTITUTION	77
CLASSIFICAÇÃO DAS CONSTITUIÇÕES	78
· Divisão Clássica ou Classificação Quanto ao Conteúdo (Constituição Material X Constituição Formal).....	78
· Quanto à Forma.....	78
· Quanto ao modo de elaboração.....	80
· Quanto à Origem ou Positivação.....	80
· Quanto à Estabilidade (ou Alterabilidade ou Mutabilidade ou Consistência).....	81
» Constituição rígida.....	81
» Constituição flexível.....	82
» Constituição semirrígida.....	82
» Constituição transitoriamente flexível.....	83
» Constituição fixa (ou silenciosa).....	83
» Constituição imutável (ou permanente, ou granítica, ou intocável).....	83
» Constituição super-rígida.....	83
· Quanto à Dogmática.....	83
· Quanto à Extensão.....	84
· Quanto à Finalidade.....	84
· Classificação Ontológica (Karl Loewenstein).....	84
· Quanto ao Sistema.....	85
· A Constituição Brasileira de 1988.....	85
ELEMENTOS DA CONSTITUIÇÃO	86
ESTRUTURA DA CONSTITUIÇÃO	87
· Preâmbulo.....	87
· Parte Dogmática.....	89
· Disposições Transitórias (ADCT).....	89
HISTÓRICO DAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS	89

3

NORMAS CONSTITUCIONAIS

CARACTERÍSTICAS DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	99
· Superioridade Hierárquica.....	99
· Caráter Político.....	100
· Conteúdo Específico.....	100
· Natureza da Linguagem.....	101
CLASSIFICAÇÃO DAS NORMAS CONSTITUCIONAIS	101
· Vigência.....	101
· Eficácia.....	103
» O art. 1º da LINDB se aplica às emendas constitucionais?.....	104
» Observações importantes.....	105
· Aplicabilidade.....	105
· Efetividade.....	106
· Doutrina Tradicional ou Clássica.....	107
· Doutrina Moderna.....	111
· Classificação de Maria Helena Diniz.....	114
· Classificação de Celso Ribeiro Bastos e Carlos Ayres Britto.....	115

4

HERMENÊUTICA CONSTITUCIONAL

DEFINIÇÃO	117
PRINCÍPIOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	119
: Princípio da Supremacia da Constituição.....	119
: Princípio da Unidade da Constituição.....	119
: Princípio da Harmonização (ou Concordância Prática).....	121
: Princípio da Correção Funcional (ou Conformidade Funcional ou Justeza).....	122
: Princípio da Eficácia Integradora (ou Efeito Integrador).....	122
: Princípio da Interpretação Conforme a Constituição.....	122
: Princípio da Presunção de Constitucionalidade.....	124
: Princípios da Máxima Efetividade e da Força Normativa da Constituição.....	124
: Princípio da Proporcionalidade.....	125
» Aplicação da proporcionalidade nos âmbitos penal e processual.....	127
MÉTODOS DE INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO	128
: Método Jurídico (ou Hermenêutico Clássico).....	129
: Método Tópico-Problemático (ou Método da Tópica).....	129
: Método Hermenêutico-Concretizador.....	130
: Método Científico-Espiritual.....	131
: Método Normativo-Estruturante.....	132
: Método da Comparação Constitucional.....	133
A INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL NO CONSTITUCIONALISMO NORTE-AMERICANO	133

5

PODER CONSTITUINTE

CONCEITO	137
SISTEMATIZAÇÃO TEÓRICA DO PODER CONSTITUINTE	137
NATUREZA DO PODER CONSTITUINTE	139
ATORES DO PODER CONSTITUINTE	139
ESPÉCIES DE PODER CONSTITUINTE	141
: Divisão Clássica.....	141
» Poder constituinte derivado decorrente.....	142
: Doutrina Moderna.....	144
: Outras Classificações Modernas.....	146
MANIFESTAÇÃO DO PODER CONSTITUINTE	146
: Formas de “Transição Constitucional”.....	147
CARACTERÍSTICAS DO PODER CONSTITUINTE (CHAMADO DE) “ORIGINÁRIO”	148
: Limites não jurídicos ao poder constituinte originário.....	149
: Positivização da Constituição.....	150
FENÔMENOS DE DIREITO CONSTITUCIONAL INTERTEMPORAL (RELAÇÕES DA NOVA CONSTITUIÇÃO COM O DIREITO ANTERIOR)	151
: Desconstitucionalização.....	151
: Prorrogação (ou recepção material de normas constitucionais anteriores).....	152
: Recepção e Não Recepção.....	152

∴ Repristinação.....	154
RETROATIVIDADE DA NORMA CONSTITUCIONAL (RELAÇÕES DO PODER CONSTITUINTE COM O DIREITO ADQUIRIDO, O ATO JURÍDICO PERFEITO E A COISA JULGADA).....	154
MECANISMOS DE ALTERAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO.....	156
∴ Mutação.....	157
∴ » Espécies de mutação	158
∴ » Alerta sobre a terminologia utilizada	160
∴ Poder de Reforma	160
∴ » Características do poder de reforma.....	160
∴ » Espécies de limitações ao poder de reforma.....	161
∴ » Poder de reforma na CF/88 (emendas constitucionais).....	162
Iniciativa das emendas à CF/88.....	162
Limitações circunstanciais ao poder de emendar a CF/88	165
Quórum de aprovação das emendas constitucionais.....	165
Há intervalo mínimo entre os dois turnos de votação?	167
Necessidade de retorno à Casa iniciadora na hipótese de alteração da proposta pela Casa revisora	167
Promulgação da emenda à Constituição	167
Impossibilidade de reapresentação de proposta de emenda na mesma sessão legislativa.....	168
As cláusulas pétreas (limitações materiais).....	168
Forma federativa de Estado (art. 60, § 4º, I, CF/88).....	170
Voto direto, secreto, universal e periódico (art. 60, § 4º, II, CF/88).....	170
A separação dos Poderes (art. 60, § 4º, III, CF/88).....	171
Os direitos e garantias individuais (art. 6º, § 4º, IV, CF/88).....	171
Cláusulas pétreas implícitas.....	174
A democracia é uma cláusula pétrea?.....	177
O poder constituinte evolutivo e a dupla revisão.....	177
∴ Revisão constitucional (poder de revisão).....	180
∴ » Possibilidade de emenda constitucional prever nova revisão da Constituição	180
∴ » Limitações ao poder de revisão	180
∴ » Necessidade de a revisão constitucional respeitar as cláusulas pétreas.....	181
∴ » A previsão da revisão constitucional e o plebiscito sobre a forma e o sistema de governo.....	181

6

CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE

ASPECTOS HISTÓRICOS.....	183
∴ Caso Marbury Vs. Madison e o nascimento do “judicial review” (modelo norte-americano).....	186
∴ Modelo austríaco (Hans Kelsen).....	188
EVOLUÇÃO DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	189
FUNÇÕES DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO BRASIL.....	192
∴ Função clássica	192
∴ Funções básicas.....	193
ESPÉCIES DE INCONSTITUCIONALIDADE.....	193
∴ Quanto ao objeto.....	193
∴ » A inconstitucionalidade por omissão e o fenômeno da erosão constitucional.....	194

· Quanto à natureza do vício	195
· Quanto à extensão do vício.....	197
· Quanto ao momento do vício.....	198
» O STF admite o fenômeno da inconstitucionalidade superveniente?	200
» A questão da constitucionalidade superveniente e a convalidação de atos inconstitucionais por emendas à Constituição.....	203
· Quanto à forma de incidência do vício.....	213
TIPOS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	214
· Quanto ao momento ou oportunidade do controle.....	214
· Quanto à concentração	214
· Quanto à natureza	215
SISTEMAS DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	215
· Controle Político	215
· Controle Jurisdicional.....	215
· Controle Misto (ou híbrido)	215
NATUREZA DO ATO INCONSTITUCIONAL	216
PARÂMETROS DO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	216
· Bloco de constitucionalidade.....	217
· Controle de constitucionalidade por violação a norma de regimento interno de casa legislativa	220
· Controle de constitucionalidade realizado com base em parâmetros estrangeiros	221
SISTEMA BRASILEIRO DE CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE	222
MECANISMOS DE CONTROLE PREVENTIVO POLÍTICO	223
MECANISMOS DE CONTROLE PREVENTIVO JUDICIAL.....	224
MECANISMOS DE CONTROLE REPRESSIVO POLÍTICO	227
· Art. 49, V, CF/88	227
· Art. 52, X, CF/88.....	227
· Art. 62, § 5º, CF/88.....	228
· Possibilidade de o Tribunal de Contas da União reconhecer a inconstitucionalidade (superação da Súmula 347 do STF)	228
· Ajuizamento de ADI	232
· Revogação, pelo Poder Legislativo, de lei tida como inconstitucional.....	232
· Retirada, pelo Poder Executivo, de atos normativos próprios tidos como inconstitucionais	232
· Não aplicação, pelo Poder Executivo, de lei tida como inconstitucional	233
CONTROLE REPRESSIVO JUDICIAL NO BRASIL.....	236
CONTROLE CONCRETO (DIFUSO).....	237
· Cláusula de Reserva de Plenário	240
· Consequência da inobservância da cláusula de reserva de plenário.....	247
· Procedimento da cláusula de reserva de plenário.....	248
· Cláusula de reserva de plenário e julgamento de recurso extraordinário pelo STF.....	253
· O caso específico do recurso extraordinário em ADI estadual	258
EFEITOS DA DECISÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE NO CONTROLE CONCRETO	
DIFUSO	260
· Sistemática tradicional.....	260
» A resolução do Senado Federal editada com fundamento no art. 52, X, da CF/88.....	265
· Nova sistemática adotada pelo STF (Informativo 886).....	268
» Foi adotada a teoria da transcendência dos motivos determinantes no julgamento dos ADIs 3406 e 3470?.....	270

» A confirmação da abstrativização do controle difuso pelo Supremo Tribunal Federal (Tema de Repercussão Geral nº 885)	273
Agora todo recurso extraordinário possui eficácia vinculante e “erga omnes”?...	274
» Foi adotada a teoria da transcendência dos motivos determinantes no Tema de Repercussão Geral nº 885?	276
» A partir de agora todas as decisões no controle difuso em qualquer juízo ou tribunal têm eficácia vinculante e “erga omnes”?.....	276
No controle difuso concreto, o juiz de primeiro grau pode realizar a modulação de efeitos?.....	277
Controle concreto em ações coletivas	278
CONTROLE CONCRETO DE CONSTITUCIONALIDADE NO STJ	279
RECURSO EXTRAORDINÁRIO	282
Hipóteses de cabimento	282
Requisito de admissibilidade específico: repercussão geral.....	283
» A “prima” da repercussão geral: a relevância do recurso especial dirigido ao STJ....	287
SÚMULA VINCULANTE	290
Possibilidade de modulação de efeitos da súmula vinculante.....	294
Possibilidade de aplicação da súmula vinculante a atos anteriores à aprovação do enunciado	295
Requisito de admissibilidade da reclamação: estrita aderência.....	299
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE EXERCIDO PELO CNJ E PELO CNMP?	301
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE JUDICIAL ABSTRATO	304
Considerações gerais.....	304
Participação do Procurador-Geral da República e do Advogado-Geral da União no controle concentrado abstrato	307
Aplicação da cláusula de reserva de plenário e do art. 52, X, da CF/88, ao controle concentrado abstrato	312
ADI GENÉRICA	313
Legitimidade ativa	314
» Partidos políticos com representação no Congresso Nacional	317
» Confederação sindical.....	318
» Entidade de classe de âmbito nacional.....	319
A legitimidade ativa para o controle concentrado abstrato pertence ao órgão, cargo ou entidade, não à pessoa que o ocupa	328
Capacidade postulatória para o ajuizamento de ADI	329
Participação dos legitimados ativos no controle difuso concreto	333
Impossibilidade de o legitimado ativo desistir da ação	334
Legitimidade passiva.....	334
Legitimidade recursal.....	335
Objeto da ADI.....	339
» Lei ou ato normativo do Distrito Federal pode ser objeto de ADI?.....	340
» Espécies normativas que podem ser objeto de ADI	342
Necessidade de impugnação de todas as normas que possuem o mesmo conteúdo e de todo o complexo de normas que regem determinado instituto	349
Ajuizamento de ADI em face de lei já revogada	352
» Efeito repristinatório indesejado e impugnação de normas anteriores à Constituição	356
Ajuizamento de ADI em face de lei com eficácia suspensa no âmbito da competência legislativa concorrente.....	358
Requisitos da petição inicial da ADI genérica	362
» Fundamentos jurídicos do pedido (causa de pedir) da ADI genérica	362

» Pedido fechado e causa de pedir aberta	368
» Possibilidade de aditamento da inicial para incluir outras normas no objeto da ação	373
Intervenção de terceiros e “amicus curiae”	376
Fundamentos jurídicos do pedido (causa de pedir) da ADI genérica	383
Produção de provas e análise de fatos na ADI	387
Cautelar na ADI	388
Decisão definitiva (final) da ADI	391
A eficácia vinculante e o cabimento da reclamação	396
» Teoria da Transcendência dos Motivos Determinantes	401
Modulação dos efeitos da decisão final na ADI	402
» A modulação de efeitos e a inconstitucionalidade útil	405
Efeitos da decisão em caso de empate na votação	407
Pedido de destaque no plenário virtual do STF e manutenção dos votos dos ministros aposentados	408
Caráter dúplice da ADI (e da ADC)	410
» Possibilidade de rejuízo da validade da norma caso a ADI seja julgada improcedente	410
Cabimento de recurso e ação rescisória contra a decisão final na ADI	411
Repercussão da decisão final da ADI em relação a ações subjetivas (isto é, do controle concreto de constitucionalidade)	413
AÇÃO DECLARATÓRIA DE CONSTITUCIONALIDADE (ADC)	418
Finalidades básicas da ADC	419
Aspectos processuais da ADC	420
Cautelar na ADC	424
Decisão final da ADC	427
AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE POR OMISSÃO (ADO)	429
Disciplina processual da ADI por omissão	430
Cautelar na ADO	436
Decisão final na ADO	437
» Quando a omissão é de um Poder	438
» Quando a omissão é de um órgão administrativo	439
Características importantes da decisão final na ADO	440
» A possibilidade de a decisão da ADO ter efeitos concretos	440
ARGUIÇÃO DE DESCUMPRIMENTO DE PRECEITO FUNDAMENTAL (ADPF)	443
Espécies de ADPF	445
» ADPF autônoma	445
» ADPF incidental	446
Pressupostos da ADPF	446
Legitimidade ativa	446
Legitimidade passiva	448
Preceitos fundamentais	448
Princípio da subsidiariedade da ADPF	449
Objeto da ADPF	454
» Cabimento de ADPF contra resolução do CONAMA	459
Cabimento de ADPF contra norma que deveria ser objeto de ADI	460
Requisito específico: relevância da controvérsia	462
Possibilidade de celebração de acordo em ADPF	463
Aspectos processuais da ADPF (Lei 9.882/99)	465
CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE NO ÂMBITO ESTADUAL	467
» Controle concentrado abstrato no âmbito estadual	467

» Legitimidade ativa.....	468
» Parâmetros de controle.....	471
Lei Orgânica Municipal como paradigma de controle.....	473
» Defesa do ato impugnado e participação do Ministério Público	475
» Participação do Poder Legislativo.....	475
» Simultaneidade entre ADI estadual e ADI perante o STF	477
» Efeitos da decisão	481
» Cabimento de recurso extraordinário.....	481
Controle de constitucionalidade difuso concreto estadual.....	485
» Constituição Estadual pode prever a aplicação simétrica do art. 52, X, da CF/88, no controle difuso de constitucionalidade realizado pelo respectivo Tribunal de Justiça?	486
TÉCNICAS DECISÓRIAS NO CONTROLE DE CONSTITUCIONALIDADE.....	487

7

TEORIA GERAL DOS DIREITOS HUMANOS E DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

TERMINOLOGIA.....	495
EVOLUÇÃO HISTÓRICA	497
CARACTERÍSTICAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	500
· Historicidade	500
· Inalienabilidade (ou indisponibilidade).....	501
· Personalidade.....	502
· Imprescritibilidade	502
· Irrenunciabilidade	502
· Constitucionalização	503
· Inviolabilidade	504
· Vinculação dos poderes públicos.....	504
· Aplicação imediata dos direitos fundamentais	504
· Limitabilidade (ou relatividade)	505
· Indivisibilidade e interdependência	506
· Não taxatividade	507
· Proibição de retrocesso	508
· Concorrência	508
· Universalidade	508
» Universalidade de chegada e universalidade de partida.....	510
» Cosmopolitismo dos direitos humanos (e dos direitos fundamentais).....	511
PERSPECTIVAS DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	512
· Perspectiva (ou dimensão) subjetiva	512
· Perspectiva (ou dimensão) objetiva	512
EFICÁCIA DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	513
· Eficácia vertical	513
· Eficácia horizontal.....	513
· Teoria da “state action” (e suas mitigações)	515
APLICABILIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS ÀS RELAÇÕES PRIVADAS....	517
EFICÁCIA DIAGONAL DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	517
TEORIA DOS QUATRO “STATUS” DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	518
· “Status” passivo.....	518

: "Status" ativo	519
: "Status" negativo	520
: "Status" positivo.....	520
: Correlação entre a teoria de Jellinek e as espécies de direitos fundamentais.....	520
FUNÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	521
: Funções de defesa	521
: Funções de prestação	521
: Funções de proteção perante terceiros	522
: Funções de não discriminação.....	523
CLASSIFICAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	523
: Classificação quanto ao conteúdo	524
: Classificação formal dada pela CF/88.....	524
: Classificação de acordo com as gerações de direitos fundamentais	524
DEVERES FUNDAMENTAIS	527
ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL.....	529
LIMITAÇÕES DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS.....	531
: Espécies de reserva legal restritiva: simples e qualificada.....	534
: "Limites dos limites"	535
: Cláusula de reserva legal subsidiária	536
: Núcleo essencial dos direitos fundamentais	537

8

DIREITOS FUNDAMENTAIS NA CF/88

DESTINATÁRIOS DO ART. 5º DA CF/88	539
: Diferença de tratamento entre brasileiros	539
» Distinções entre brasileiros natos e brasileiros naturalizados	540
» Distinções entre brasileiros que se encontram no gozo de direitos políticos e brasileiros que não se encontram no gozo desses direitos.....	542
» Distinções entre brasileiros e brasileiras	543
» Distinções entre brasileiros ricos e brasileiros pobres	544
: Direito fundamental exclusivo de estrangeiros.....	545
: A situação dos estrangeiros não residentes no Brasil.....	547
: Pessoas jurídicas podem titularizar e usufruir direitos fundamentais do art. 5º ou de qualquer outro dispositivo da Constituição?	548
» A peculiaridade das pessoas jurídicas de direito público.....	549
Pessoa jurídica de direito público pode exercer direitos fundamentais em face dos particulares?.....	551
APLICABILIDADE DO ART. 5º DA CF/88	554
O ROL DE DIREITOS DO ART. 5º DA CF/88 É TAXATIVO?.....	558
: Os tratados internacionais sobre direitos humanos	559
» A hierarquia dos tratados internacionais sobre direitos humanos no ordenamento jurídico brasileiro	561
A questão da prisão civil do depositário infiel.....	562
A questão da audiência de custódia	564
» O controle de convencionalidade.....	565
» A partir da EC 45/04, os tratados de direitos humanos devem obrigatoriamente ser incorporados pelo rito do art. 5º, § 3º, da CF/88?.....	565
: O reconhecimento da jurisdição do Tribunal Penal Internacional.....	566
: Os direitos fundamentais são preceitos fundamentais?.....	568

BREVE ANÁLISE DO ART. 5º DA CF/88	568
Direito à vida (art. 5º, “caput”, CF/88)	569
» Pesquisas com células-tronco embrionárias (STF, ADI 3510).....	569
» Interrupção da gravidez nos casos de gestação de feto anencéfalo (STF, ADPF 54).....	571
» A gestação de gêmeos siameses é equivalente à de feto anencéfalo para fins de interrupção?	571
» Interrupção voluntária da gestação no seu primeiro trimestre (STF, HC 124.306)...	572
Igualdade (art. 5º, “caput” e I, CF/88).....	573
» Cotas raciais para ingresso em universidades públicas.....	574
» Cotas raciais em concursos públicos.....	575
» Programa Universidade para Todos (PROUNI)	576
» Lei Maria da Penha	577
» Tratamento diferenciado entre homens e mulheres para fins de habilitação como pensionistas de servidores públicos	577
» Limitação das vagas destinadas às mulheres nos concursos para cargos da Polícia Militar.....	578
» Exercício de cargo público como critério de desempate em concursos públicos	579
» Cumprimento de pena por travestis e transexuais em estabelecimentos prisionais masculinos ou femininos.....	580
» Benefícios vitalícios a ex-agentes públicos	580
» A questão do prazo decadencial para a anulação de atos administrativos.....	581
» Fixação de prazos distintos para a licença-maternidade de acordo com a natureza da filiação.....	585
» Concessão de licença-maternidade a pais solo.....	585
» Concessão de licença-maternidade à mãe não gestante em união homoafetiva ...	586
» Candidatos portadores de deficiência em provas físicas de concursos públicos	586
» Constitucionalidade dos subtetos remuneratórios nos âmbitos estadual e municipal.....	587
» A prisão especial dos portadores de diploma de nível superior e a prisão em sala de Estado Maior dos advogados.....	588
Liberdade de manifestação do pensamento (art. 5º, IV e V, CF/88)	591
» Discurso de ódio	591
» “Marcha da maconha”.....	592
» Proselitismo religioso.....	592
» Tatuagem e concurso público	594
» Caso Porta dos Fundos	595
» Recolhimento de livros em feira literária	597
» Direito de resposta e retratação espontânea (Lei 13.188/2015).....	599
» Direito ao esquecimento (RE 1010606, Tema de Repercussão Geral nº 786)	600
» Possibilidade de responsabilização de empresa jornalística por divulgação de matéria ou entrevista (RE 1.075.412, Tema de Repercussão Geral nº 995)	601
» Restrições à publicidade de produtos fumígenos e inserção de advertências nas suas embalagens	602
Liberdade religiosa (art. 5º, VI, CF/88).....	605
» Sacrifício de animais em cultos de religiões de matriz africana	606
» Designação de datas e horários especiais em concursos públicos para candidatos que alegam escusa de consciência por crença religiosa.....	607
» Fixação de critérios especiais, por motivos de crença religiosa, para que servidores públicos desempenhem suas atribuições, inclusive para fins de avaliação em estágio probatório.....	608
» Proibição temporária de realização de missas e cultos religiosos durante a pandemia de COVID-19.....	609

» Exigência de que escolas e bibliotecas públicas mantenham, em seu acervo, livro de determinada religião.....	610
Inviolabilidade domiciliar (art. 5º, XI, CF/88).....	611
» A (i)licitude da invasão domiciliar segundo o STJ (HC 598.061, j. 02/03/2021).....	614
Vida privada (art. 5º, X, CF/88) e sigilo das comunicações (art. 5º, XII, CF/88).....	616
» Gravação clandestina.....	617
» Quebra de sigilo.....	618
Quebra de sigilo fiscal e bancário pelo CNJ.....	622
» Interceptação das comunicações.....	624
Caráter não absoluto da inviolabilidade das comunicações.....	625
A proteção também alcança os dados ou se restringe à comunicação?.....	628
Interceptação telefônica.....	629
» Compartilhamento de dados de usuários por empresas de telefonia.....	631
» Acesso a informações contidas em aparelho celular sem autorização judicial (STF, HC 168.052).....	632
» Produção de dossiês pelo poder público a respeito das opções políticas dos servidores.....	633
Proteção dos dados pessoais (art. 5º, LXXIX, CF/88).....	634
» Possibilidade de compartilhamento de dados pessoais entre órgãos e entidades da administração pública.....	638
Liberdade profissional (art. 5º, XIII, CF/88).....	639
Direito de reunião (art. 5º, XVI, CF/88).....	645
Direito de associação (art. 5º, XVII, XVIII, XIX, XX e XXI, CF/88).....	646
» Liberdade de associação envolvendo entidades emissoras da “carteira de estudante”.....	648
Presunção de inocência (art. 5º, LVII, CF/88).....	650
» Execução provisória da pena.....	651
» Eliminação de candidato em concurso público por conta da existência de inquérito ou processo criminal.....	652
» Afastamento automático de servidor público em virtude de indiciamento em inquérito policial e suspensão de sua remuneração em virtude de processo criminal.....	653
» A presunção de inocência e a não autoincriminação se aplicam na esfera administrativa?.....	655

9

NACIONALIDADE

TRATAMENTO DA NACIONALIDADE NA CF/88	664
Nacionalidade primária.....	664
» Art. 12, I, “a”, CF/88.....	664
» Art. 12, I, “b”, CF/88.....	665
» Art. 12, I, “c”, CF/88.....	665
A situação do menor nascido no estrangeiro que vem a residir no Brasil antes de atingir a maioridade.....	667
A situação do estrangeiro adotado por brasileiro no exterior.....	668
Nacionalidade secundária.....	670
» Espécies de naturalização previstas na CF/88.....	671
Nacionalidade secundária ordinária.....	671
Nacionalidade secundária extraordinária.....	673
» Existe direito subjetivo à naturalização?.....	674
» A situação da família da pessoa que obtém a naturalização.....	676

Perda da nacionalidade brasileira	677
» Art. 12, § 4º, I, CF/88	677
» Art. 12, § 4º, II, CF/88	678
A situação do brasileiro que adquirisse automaticamente uma nacionalidade estrangeira em virtude de casamento antes da EC 131/2023	683
Quase-nacionalidade	683
Supranacionalidade	684

10

DIREITOS POLÍTICOS

CONCEITO DE DIREITOS POLÍTICOS	685
DEMOCRACIA	686
Democracia direta	686
Democracia indireta (ou representativa)	687
Democracia semidireta (ou participativa)	687
» Plebiscito e referendo	688
Consultas populares nas campanhas eleitorais municipais	689
» Iniciativa popular de lei	690
DIREITOS POLÍTICOS POSITIVOS	691
Capacidade eleitoral ativa	692
» Características do voto	693
O "voto impresso"	694
Capacidade eleitoral passiva e condições de elegibilidade	695
DIREITOS POLÍTICOS NEGATIVOS	696
INELEGIBILIDADES	697
Espécies de inelegibilidades	697
» Inelegibilidades absolutas	698
» Inelegibilidades relativas	698
Inelegibilidade relativa para um terceiro mandato consecutivo	698
A figura do "Prefeito itinerante"	700
Inelegibilidade relativa para concorrer a outros cargos	702
Inelegibilidade reflexa	703
(In)elegibilidade dos militares	706
"LEI DA FICHA LIMPA"	709
Necessidade de observar a anterioridade eleitoral (art. 16, CF/88)	710
(In)constitucionalidade material e aplicação a fatos pretéritos	711
(In)ocorrência de violação à garantia da coisa julgada	712
PERDA E SUSPENSÃO DOS DIREITOS POLÍTICOS	714
Perda dos direitos políticos	715
Suspensão dos direitos políticos	716
EXERCÍCIO DE MANDATO ELETIVO POR SERVIDOR PÚBLICO	719
AÇÃO DE IMPUGNAÇÃO DE MANDATO ELETIVO (AIME)	722

11

PARTIDOS POLÍTICOS

OS PARTIDOS POLÍTICOS E A DEMOCRACIA	723
A DISCIPLINA DOS PARTIDOS POLÍTICOS NA CF/88	724

Liberdade de criação e diretrizes a serem observadas pelos partidos políticos	724
» O procedimento de criação dos partidos políticos	726
» Regras sobre incorporação e alteração estatutária dos partidos políticos introduzidas pela EC 111/2021	728
A autonomia de organização dos partidos políticos.....	728
» As coligações nas eleições majoritárias e nas eleições proporcionais.....	729
» A questão da verticalização das coligações	730
» As federações partidárias.....	731
A cláusula de desempenho partidário (ou cláusula de desempenho eleitoral, ou cláusula de barreira) da EC 97/2017.....	734
» A situação do candidato eleito por partido político que não tenha atingido o desempenho mínimo	736
» Cômputo em dobro dos votos obtidos por mulheres e negros para fins de acesso ao fundo partidário e ao Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC)	736
» A Emenda Constitucional nº 117/2022 e a participação das mulheres na vida político-partidária do País	738
A fidelidade partidária.....	742
» Fidelidade partidária e disciplina partidária são expressões sinônimas?	743
» A exigência de fidelidade partidária se aplica tanto às eleições proporcionais quanto às eleições majoritárias?.....	744
» Situações em que o abandono do partido pelo candidato eleito não caracteriza infidelidade partidária	745
» O procedimento para a aplicação da perda do mandato em caso de infidelidade partidária	747

12

ORDEM ECONÔMICA E SOCIAL**APLICABILIDADE DOS DIREITOS ECONÔMICOS E SOCIAIS E A RESERVA DO POSSÍVEL.....**

Doutrina Chenery.....	757
Doutrina Chevron.....	759
Teoria das “escolhas trágicas”	761

ORDEM ECONÔMICA.....

O art. 170 da CF/88 e os princípios da ordem econômica brasileira.....	763
» Livre iniciativa e livre concorrência	765
Súmula Vinculante nº 49	765
A regulamentação infraconstitucional da livre iniciativa	766
A repressão ao abuso do poder econômico.....	767
Transporte individual privado de passageiros por meio de aplicativos	768
Previsão de tratamento favorecido para as empresas de pequeno porte.....	770
A atuação do Estado no domínio econômico.....	770
» Entidades da Administração que atuam no domínio econômico.....	773
» Os monopólios do poder público.....	775
Diferenças entre o regime de monopólio e o regime de exclusividade.....	776
» Atuação indireta do Estado na atividade econômica	777

ORDEM SOCIAL.....

O conteúdo da Ordem Social na CF/88	780
Relação entre a ordem social e a ordem econômica	783
Princípio da vedação do retrocesso (efeito “cliquet”).....	784

» Critério para aferir o nível de consagração de um direito para fins de identificação do retrocesso vedado	784
Direito à saúde.....	785
» A participação da iniciativa privada na prestação dos serviços de saúde.....	787
» O piso salarial da enfermagem.....	788
» O mínimo de recursos que devem ser aplicados na área da saúde.....	791
Possibilidade de se exigir judicialmente a aplicação dos recursos mínimos que devem ser destinados às ações e serviços públicos de saúde.....	793
» Responsabilidade solidária na prestação do direito à saúde.....	794
» Fornecimento de medicamento fora da lista do SUS.....	795
Legitimidade passiva nas ações de fornecimento de medicamento registrado na ANVISA que não integra a lista do SUS.....	797
» Fornecimento de medicamento sem registro na ANVISA	800
» Fornecimento de medicamento não registrado na ANVISA, mas com importação autorizada.....	803
» Fornecimento de medicamento de alto custo.....	805
» Manutenção de medicamento em estoque.....	805
» Fosfoetanolamina sintética (“pílula do câncer”)	806
» Inibidores de apetite (medicamentos anorexígenos).....	806
» Compulsoriedade de se submeter a campanha de vacinação (COVID-19).....	807
A questão do “passaporte da vacina”	809
» (Des)necessidade de os Estados e os Municípios aguardarem autorização da ANVISA para implementarem seus programas de vacinação contra a COVID-19....	812
Direito à educação	816
» Princípios norteadores do ensino	816
O movimento “Escola sem Partido”.....	817
A vedação da “ideologia de gênero” nas escolas.....	820
A vedação do uso da linguagem neutra nas instituições de ensino e nos editais de concursos públicos.....	823
» Gratuidade do ensino	824
» As prestações mínimas asseguradas pelo direito à educação.....	824
O direito à educação básica gratuita abrange o acesso a creches e pré-escolas?.....	825
Reserva de vagas para irmãos na mesma escola	826
» Estrutura de prestação do direito à educação.....	828
» O mínimo de recursos que devem ser aplicados na educação.....	829
A “anistia” dada pela EC nº 119/2022	831
O FUNDEB e a EC 108/2020	833
Utilização dos recursos do FUNDEB para fins diversos.....	837
Recursos do FUNDEB decorrentes de precatórios e sua utilização para incremento da remuneração dos professores e pagamento de honorários advocatícios	837
O TCU tem competência para fiscalizar verbas do FUNDEB (ou do FUNDEF)?	841
Lei estadual que inclui o pagamento de pessoal inativo nas despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.....	842
» Autonomia universitária e sua ampliação em âmbito estadual	845
» Ensino religioso nas escolas públicas	851
Índios.....	852
» A guinada no tratamento constitucional dos índios realizada pela CF/88	852
» A disciplina dos índios na CF/88.....	853
» O direito de não remoção dos índios e a impossibilidade de serem convocados por comissão parlamentar de inquérito	855

» As terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas, sua demarcação e o direito sobre elas.....	857
A problemática da definição e da demarcação das terras indígenas.....	860
É necessário haver a homologação da terra indígena para que a União tenha a obrigação de protegê-la?	869
Seleção de jurisprudência.....	870
» Atendimento diferenciado e internação em acomodações superiores no SUS.....	871
» Possibilidade de decisão judicial determinar a construção de nova escola.....	871
» Impossibilidade de instituição pública de ensino cobrar anuidade pelo fornecimento de alimentação	871
» Ausência de discricionariedade do poder público na implementação da educação infantil.....	872
» Possibilidade do “homeschooling” no Brasil	873
» Constitucionalidade da transferência de instituição de ensino superior privada para pública	874
» Constitucionalidade da meia-entrada para estudantes.....	876
» Educação como serviço público não privativo.....	877
» Possibilidade de lei estadual estabelecer disciplina de proteção ambiental diversa da prevista em norma geral federal, desde que mais protetiva	878
» Impossibilidade de lei dispensar a elaboração de estudo prévio de impacto ambiental.....	878
» Necessidade de lei para alterar ou suprimir espaços territoriais especialmente protegidos	879
» Desnecessidade de lei para alterações que ampliem a proteção ambiental dos espaços territoriais especialmente protegidos.....	880
» Impossibilidade de revogação de norma que fixa parâmetros para a aferição do cumprimento da legislação ambiental sem que esses parâmetros sejam atualizados ou substituídos por outros	881
» Impossibilidade de submeter animais a atos de crueldade.....	882
» Reconhecimento da união civil homoafetiva	883

13

REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS

HISTÓRICO DOS REMÉDIOS CONSTITUCIONAIS NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS.....	886
“HABEAS CORPUS” (ART. 5º, LXVIII, CF/88)	887
Noções gerais.....	887
Legitimidade e cabimento.....	888
» É possível o uso do “habeas corpus” em favor de pessoa jurídica para trancar ação penal envolvendo crime ambiental?	890
» Impetração de “habeas corpus” para assegurar direito de manifestação em local de vacinação	890
Competência	891
MANDADO DE SEGURANÇA (ART. 5º, LXIX, CF/88)	894
Noções gerais.....	894
» Possibilidade de desistência do mandado de segurança.....	895
Direito líquido e certo	896
Legitimidade ativa e passiva	898
» Morte do impetrante no curso do processo	899
Teoria da encampação.....	900

Competência	900
» Competência para julgar mandado de segurança impetrado contra ato de Tribunal	902
» Competência para julgar mandado de segurança impetrado em face de ato de juizado especial	902
MANDADO DE SEGURANÇA COLETIVO (ART. 5º, LXX, CF/88)	902
Objeto	903
Legitimidade ativa	903
» Partido político com representação no Congresso Nacional	907
» Organização sindical, entidade de classe ou associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano	910
MANDADO DE INJUNÇÃO (ART. 5º, LXXI, CF/88)	914
Noções gerais	914
» Omissões que podem ser impugnadas em mandado de injunção	915
» Possibilidade de desistência do mandado de injunção	915
Legitimidade ativa	916
Legitimidade passiva	918
Competência	919
Principais aspectos do procedimento	921
(IM) possibilidade de liminar	922
Efeitos da decisão	923
» Eficácia objetiva	923
» Eficácia subjetiva	923
» Posição do STF	924
» Corrente adotada pela Lei 13.300/16	924
Outros aspectos importantes relativos à decisão	925
Superveniência da norma regulamentadora	926
Litispendência no mandado de injunção coletivo	926
“HABEAS DATA” (ART. 5º, LXXII, CF/88)	926
Legitimidade “ad causam”	927
Aspectos relevantes do procedimento	928
Competência	929
» Aplicação da teoria da encampação no “habeas data”	931
AÇÃO POPULAR (ART. 5º, LXXIII, CF/88)	932
Hipóteses de cabimento	932
Legitimidade “ad causam”	934
Competência	937
» Competência para julgar ação popular envolvendo o SEBRAE	941
» Competência para julgar ação popular ajuizada contra o CNMP	941
» A reserva constitucional de competência originária do STF	943
Reexame necessário e coisa julgada	944

14

ORGANIZAÇÃO DO ESTADO

TÍTULO I DA CF/88	945
Fundamentos da República Brasileira e princípio democrático	945
Separação dos Poderes	947
» Indelegabilidade de atribuições entre os poderes	948
Objetivos fundamentais da República Brasileira e princípios que regem o Brasil nas relações internacionais	949

FORMAS DE ESTADO	950
: As principais formas de Estado existentes no mundo.....	952
ORIGENS DA FEDERAÇÃO	954
: A origem da federação norte-americana e as características da confederação.....	954
: A origem da federação brasileira.....	955
CARACTERÍSTICAS DA FEDERAÇÃO	956
: Diferenças entre soberania e autonomia.....	958
ESPÉCIES DE FEDERAÇÃO	959
: Federação por agregação e federação por desagregação.....	959
: Federação centrípeta e federação centrífuga.....	959
: Federação clássica e federação atípica.....	960
» Outra abordagem classificatória envolvendo a federação dual.....	963
: Federação simétrica e federação assimétrica.....	964
ORGANIZAÇÃO POLÍTICO-ADMINISTRATIVA DO ESTADO BRASILEIRO	968
: Entidades integrantes do Estado federal brasileiro.....	968
» Operações federativas envolvendo Estados e Municípios.....	969
A hipótese de mera alteração de limites municipais.....	971
As operações federativas municipais convalidadas pela EC 57/2008 e as operações irregulares posteriores a ela.....	972
A EC 57/2008 convalidou operações federativas municipais realizadas sem plebiscito?.....	974
: Vedações constitucionais às entidades federadas.....	976
» Vedações de estabelecer cultos religiosos ou igrejas, subvencioná-los, embaraçar-lhes o funcionamento ou manter com eles ou seus representantes relações de dependência ou aliança (art. 19, I, CF/88).....	976
» Vedações de recusar fé aos documentos públicos (art. 19, II, CF/88).....	977
» Vedações de criar distinções entre brasileiros ou preferências entre si (art. 19, III, CF/88).....	977
Inconstitucionalidade de estabelecimento de ordem de preferência entre entes federados na cobrança da dívida ativa.....	978
DISCIPLINA DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS NA CF/88	979
: Estados-membros.....	979
» As capacidades de auto-organização e de autolegislação dos Estados.....	979
Espécies de normas existentes nas Constituições Estaduais.....	982
» Poder Legislativo estadual.....	983
Vedações de vinculação remuneratória entre Deputados Estaduais e Deputados Federais.....	984
Vedações de pagamento de indenização a Parlamentares (estaduais e federais) em virtude de convocação extraordinária.....	986
Autoridades sujeitas a convocação (compulsória) pelo Poder Legislativo estadual.....	989
» Poder Executivo Estadual.....	992
» Poder Judiciário Estadual.....	993
» A criação de regiões administrativas pelos Estados.....	995
Os frutos resultantes das atividades de interesse comum desempenhadas pela região metropolitana podem ficar concentrados em apenas um dos seus entes integrantes?.....	997
Os Estados têm competência para a criação de distritos?.....	998
: Municípios.....	1000
» Auto-organização municipal.....	1000
» Poder Executivo Municipal.....	1002

» Poder Legislativo Municipal	1004
Os limites dos gastos do Legislativo Municipal	1005
Alteração do “caput” do art. 29-A da CF/88 pela EC 109/2021	1006
A função fiscalizadora da Câmara Municipal.....	1007
PRINCÍPIO DA SIMETRIA.....	1012

15

REPARTIÇÃO CONSTITUCIONAL DE COMPETÊNCIAS

A DEFINIÇÃO DE COMPETÊNCIA E A NECESSIDADE DE REPARTIR AS COMPE- TÊNCIAS	1017
COMO ESTUDAR A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	1017
CRITÉRIOS E FORMAS DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	1018
Repartição de acordo com o conteúdo (critérios de repartição das competências).....	1018
» Princípio da predominância do interesse	1019
A regra de ouro na aplicação da predominância do interesse	1020
» Tratamento uniforme da matéria em todo o território nacional	1023
Formas de distribuição das competências.....	1023
» Técnica de repartição de competências adotada pela CF/88.....	1024
» A única competência residual na CF/88.....	1027
CLASSIFICAÇÃO DAS COMPETÊNCIAS.....	1027
Classificação quanto à origem	1027
Classificação quanto à extensão.....	1028
Classificação quanto à forma	1030
Classificação quanto ao objeto.....	1031
As espécies de competências previstas nos arts. 21, 22, 23, 24, 25, 29 e 30 da CF/88.....	1032
» As competências remanescentes dos Estados e dos Municípios.....	1033
MODELO VERTICAL E MODELO HORIZONTAL DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊN- CIAS.....	1034
CORRELAÇÃO ENTRE COMPETÊNCIA LEGISLATIVA E COMPETÊNCIA MATE- RIAL.....	1035
Arts. 21, III, e 22, XXVIII	1036
Arts. 21, VI, e 22, XXI	1036
Arts. 21, VII, e 22, VI	1036
Arts. 21, VIII, e 22, VII	1037
Arts. 21, X, e 22, V.....	1037
Arts. 21, XI, e 22, IV	1037
Arts. 21, XII, “a”, e 22, IV.....	1038
Arts. 21, XII, “b”, e 22, IV	1038
Arts. 21, XII, “c”, e 22, X.....	1038
Arts. 21, XII, “d” e “e”, e 22, XI.....	1039
» A competência para legislar sobre o serviço de transporte por mototáxi.....	1039
Arts. 21, XII, “f”, e 22, X	1040
Arts. 21, XIII, e 22, XVII	1041
Arts. 21, XV, e 22, XVIII	1041
Arts. 21, XVIII, e 22, XXVIII	1041
Arts. 21, XXIII, e 22, XXVI.....	1042
Arts. 21, XXVI, e 22, XXX	1043
Arts. 23, II, e 24, XII.....	1044
Arts. 23, II, e 24, XIV	1044

Arts. 23, III e IV, e 24, VII e VIII.....	1044
Arts. 23, V, e 24, IX.....	1045
Arts. 23, VI, e 24, VI.....	1045
Arts. 23, VII, e 24, VI.....	1046
O CRITÉRIO DO TRATAMENTO UNIFORME NO TERRITÓRIO NACIONAL.....	1046
EXCEÇÕES À LÓGICA DO SISTEMA DE REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS DA CF/88.....	1047
Exceções ao princípio da predominância do interesse.....	1047
» Competência da União para atuar em questões do Distrito Federal.....	1048
Competência para legislar sobre organização e regime jurídico da Polícia Civil do Distrito Federal.....	1049
» Competência material comum em relação aos recursos minerais.....	1052
» Competência legislativa para disciplinar as águas.....	1054
» Competências relacionadas ao gás natural.....	1055
» Competência para atuar no desenvolvimento urbano.....	1056
» Competência para atuar em calamidades públicas.....	1058
Exceções à correlação entre competência legislativa e competência material.....	1058
» Competência material comum para realizar desapropriação.....	1058
» Competências legislativa e material em relação ao trânsito.....	1059
» Competência para explorar e legislar sobre loteria.....	1060
COMPETÊNCIA PARA LEGISLAR SOBRE OS RAMOS DO DIREITO.....	1061
Temas de competência privativa da União.....	1061
Temas de competência legislativa concorrente.....	1062
POSSIBILIDADE DE DELEGAÇÃO DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PRIVATIVA DA UNIÃO.....	1065
DISCIPLINA DA COMPETÊNCIA LEGISLATIVA CONCORRENTE NA CF/88.....	1065
Nova tendência na jurisprudência do STF sobre os temas da competência legislativa concorrente.....	1066
As espécies de competência legislativa concorrente dos Estados e do Distrito Federal.....	1067
Previsão de competência legislativa concorrente fora do art. 24 da CF/88.....	1068
As entidades federativas que possuem competência legislativa concorrente.....	1068
Possibilidade de as normas estaduais estabelecerem nível de proteção maior do que o das normas gerais federais.....	1070
Hipóteses de edição de normas gerais pela União fora da competência concorrente.....	1073
Competência legislativa para tratar da seguridade social, da saúde e da previdência.....	1074
Competência para tratar da saúde e o combate à pandemia de COVID-19.....	1076
» ADI 6341.....	1077
» ADI 6343.....	1077
» A definição da política de vacinação de adolescentes contra a COVID-19.....	1079
POSSIBILIDADE DE EMENDA CONSTITUCIONAL MODIFICAR A REPARTIÇÃO DE COMPETÊNCIAS.....	1080
ANÁLISE DA JURISPRUDÊNCIA DO STF.....	1081
As normas sobre telecomunicações e a nova tendência na jurisprudência do STF.....	1143
A competência para legislar sobre direito de greve de servidor público.....	1149

16

INTERVENÇÃO

ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO.....	1152
PRINCÍPIOS QUE REGEM A INTERVENÇÃO.....	1152

· Princípio da excepcionalidade (ou não intervenção).....	1152
· Princípio da necessidade.....	1152
· Princípio da temporariedade	1152
· Princípio da formalidade.....	1152
MOTIVOS AUTORIZADORES DA INTERVENÇÃO (PRESSUPOSTOS DE FUNDO DA INTERVENÇÃO)	1152
· Defesa do Estado.....	1153
· Defesa do princípio federativo na CF/88.....	1153
· Defesa das finanças estaduais	1154
· Defesa das finanças municipais.....	1155
· Defesa da ordem constitucional.....	1155
ESPÉCIES DE INTERVENÇÃO DE ACORDO COM O PROCEDIMENTO (OU FORMA DE IMPLEMENTAÇÃO)	1158
· Intervenção “ex officio”.....	1159
» Intervenção federal nos Estados e no Distrito Federal decretada “ex officio”.....	1159
» Intervenção estadual (ou federal em Município localizado em Território Federal) decretada “ex officio”.....	1161
· Intervenção provocada.....	1163
» Provocação por solicitação e por requisição.....	1163
» Provocação por provimento judicial	1165
Provocação por provimento judicial na intervenção federal nos Estados e DF....	1165
Provocação por provimento judicial na intervenção estadual e na intervenção federal em Município localizado em Território Federal.....	1167
AUTONOMIA DOS ESTADOS PARA DISPOR SOBRE O PROCEDIMENTO DE DECRETAÇÃO DA INTERVENÇÃO ESTADUAL	1168
CESSAÇÃO DA INTERVENÇÃO	1169
CONTROLES DA INTERVENÇÃO	1170
· Controle político.....	1170
· Controle judicial	1170
INTERVENÇÃO FEDERAL COMO LIMITAÇÃO CIRCUNSTANCIAL AO PODER CONSTITUINTE DERIVADO	1171
INTERVENÇÃO (FEDERAL E ESTADUAL) ESQUEMATIZADA	1171
PRINCIPAIS JULGADOS SOBRE INTERVENÇÃO ESTADUAL	1173
· Simetria constitucional	1173
· Legitimidade	1174
· Irregularidade nas contas municipais: atribuição para requerer a intervenção e devido processo legal	1175
· Representação interventiva perante o Tribunal de Justiça.....	1175

17

PODER LEGISLATIVO

ESTRUTURA	1177
· Estrutura externa.....	1177
· Estrutura interna.....	1180
» Mesa.....	1181
Eleição dos membros das Mesas Diretoras das Assembleias Legislativas: o art. 57, § 4º, da CF/88, é norma de observância obrigatória?	1183
» Plenário	1187
» Comissões.....	1187

Comissão temporária especial	1189
Comissão temporária externa	1189
Comissão temporária de inquérito	1190
» Serviços administrativos	1190
» Polícia	1190
FUNCIONAMENTO	1190
Atribuição representativa	1191
Atribuição investigatória	1191
Atribuição fiscalizadora	1191
Atribuição legislativa	1193
Incorporação dos tratados e convenções internacionais ao ordenamento jurídico brasileiro (atribuição representativa)	1193
» Tratado ou convenção incorporado antes da EC 45/04	1193
» Tratado ou convenção incorporado após a EC 45/04	1195
» Necessidade de aprovação do Poder Legislativo para que a denúncia de um tratado internacional gere efeitos internos no ordenamento jurídico brasileiro	1197
Comissão Parlamentar de Inquérito (atribuição investigatória)	1200
» Definição	1200
» Pressupostos da CPI	1201
» Requisitos da CPI	1203
Requerimento de instauração: CPI como direito das minorias	1204
Possibilidade de controle judicial dos requisitos e pressupostos para a instauração de uma CPI	1207
» Limites da CPI	1208
Atos sujeitos à cláusula de reserva de jurisdição	1211
(Im)possibilidade de CPI convocar Governador de Estado	1214
(Im)possibilidade de CPI convocar indígenas	1219
Os poderes das CPIs estaduais e municipais	1219
GARANTIAS DOS MEMBROS DO CONGRESSO NACIONAL	1219
Identidade de retribuição pecuniária (art. 49, VII, CF/88)	1220
Limitação ao dever de testemunhar (art. 53, § 6º, CF/88)	1221
Restrição ao serviço militar (art. 53, § 7º, CF/88)	1221
Foro especial (arts. 53, § 1º, e 102, I, “b”, CF/88)	1222
» Teoria da Fuga de Foro	1223
Início e fim do foro especial dos Parlamentares: entendimento adotado pelo STF na AP 937 QO e no HC 232.627	1224
Foro por prerrogativa de função de parlamentar federal em caso de mandatos cruzados	1228
STJ: foro por prerrogativa de função de Desembargador e o entendimento firmado pelo STF na AP 937 QO	1228
STJ: prerrogativa de foro de membros do Ministério Público e de Tribunal de Contas Estadual	1230
Prerrogativa de foro em âmbito estadual	1232
» Qual é a natureza da inconstitucionalidade da norma estadual que cria hipótese de prerrogativa de foro não prevista na Constituição Federal?	1242
» A Súmula Vinculante 45 perdeu o sentido após a mudança de entendimento do STF sobre a prerrogativa de foro em âmbito estadual?	1243
Necessidade de autorização judicial para a instauração de investigação criminal contra pessoa ocupante de cargo com prerrogativa de foro	1244
É possível exigir decisão colegiada para autorizar a instauração de investigação criminal contra pessoa ocupante de cargo com prerrogativa de foro?	1247
Imunidades parlamentares (art. 53, “caput”, §§ 2º, 3º, 4º, 5º e 8º, CF/88)	1248

» Imunidade parlamentar material.....	1250
Caso Jair Bolsonaro no STJ (REsp 1.642.310)	1255
Caso Jair Bolsonaro no STF (Inq 3932 e Pet 5243)	1257
» Imunidade parlamentar formal.....	1259
Imunidade formal relativa à prisão (art. 53, § 2º, CF/88).....	1260
Caso Delcídio do Amaral	1261
Caso Daniel Silveira	1263
Imunidade parlamentar formal relativa à ação penal (art. 53, §§ 3º, 4º e 5º).....	1264
Imunidades dos parlamentares estaduais e municipais	1265
» Parlamentares estaduais	1265
» Parlamentares municipais	1267
Foro por prerrogativa de função de Deputado Estadual e a competência do Tribunal do Júri: STJ vs. STF.....	1268
Condenação criminal transitada em julgado e perda do mandato parlamentar	1270
» Situações de não exercício do mandato parlamentar que não acarretam a perda do cargo	1274
PROCESSO LEGISLATIVO	1276
Fase introdutória	1277
» A iniciativa privativa do Presidente da República do art. 61, § 1º, da CF/88.....	1280
» Impossibilidade de sanção convalidar vício de iniciativa	1289
» A apresentação de nova proposição durante uma tramitação legislativa é apta a sanar vício de iniciativa (Lei da Autonomia do Banco Central)?	1290
» Pode uma lei ou o constituinte derivado estabelecer prazo para que o Chefe do Executivo exerça sua iniciativa legislativa?.....	1293
» Iniciativa privativa do Tribunal de Contas.....	1294
» Possibilidade de emenda parlamentar em projeto de iniciativa privativa	1297
» Iniciativa legislativa nos âmbitos estadual e municipal.....	1301
Simetria nas matérias reservadas a lei complementar	1303
Simetria no processo legislativo das leis orçamentárias	1304
Fase constitutiva.....	1307
» Deliberação e votação	1307
Apresentação de emendas no curso do processo legislativo	1309
» Sanção ou veto.....	1310
O Presidente da República pode opor o seu veto após o decurso do prazo constitucional de 15 (quinze) dias úteis?	1313
O veto no sistema brasileiro é absoluto?	1314
O Chefe do Poder Executivo pode se arrepender do veto?	1314
Procedimentos legislativos que não possuem a etapa de sanção ou veto	1315
Fase complementar	1316
» Promulgação precoce	1317
» Possibilidade de promulgação da parte “incontroversa” do texto.....	1317
» A promulgação e a publicação cabem ao Chefe do Poder Executivo, independentemente da espécie normativa envolvida?	1318
Requisito específico das proposições que geram impacto nos cofres públicos	1321
ESPÉCIES NORMATIVAS	1324
Emendas constitucionais.....	1325
Leis (complementares, ordinárias e delegadas)	1326
» Leis complementares	1327
» Leis ordinárias	1328
» Leis delegadas	1330
Decretos legislativos e resoluções	1331

Medida provisória	1336
» Pressupostos e requisitos da medida provisória.....	1336
Pressupostos da medida provisória	1337
Requisitos da medida provisória	1339
Edição pelo Presidente da República	1340
Submissão ao Congresso Nacional.....	1340
» Apreciação das medidas provisórias por meio de deliberação remota durante a pandemia de COVID-19.....	1341
» Matérias que não podem ser objeto de medida provisória.....	1344
Edição de medida provisória no mesmo dia em que o Presidente da República sanciona ou veta projeto de lei de conteúdo semelhante	1345
» As possibilidades na apreciação da medida provisória pelo Poder Legislativo	1346
Aprovação sem alteração	1346
Aprovação com alteração.....	1346
Rejeição tácita (não apreciação).....	1349
Rejeição expressa	1349
» Revogação de medida provisória por nova medida provisória na mesma sessão legislativa	1350
» Desistência e retirada da medida provisória pelo Chefe do Poder Executivo	1351
» Prazo para apreciação da medida provisória e trancamento de pauta	1352
» O Poder Legislativo deve observar a ordem cronológica de apresentação das medidas provisórias ao apreciá-las?.....	1353
» Medida provisória em âmbitos estadual e municipal	1354

18

PODER EXECUTIVO

ESTRUTURA DO PODER EXECUTIVO FEDERAL.....	1357
Aquisição do mandato presidencial	1358
» Eleição presidencial indireta no Brasil	1360
Imprescindibilidade da realização de nova eleição no caso de dupla vacância no Poder Executivo e de que os candidatos componham chapa única.....	1362
Regulamentação da eleição indireta para o Poder Executivo estadual em caso de dupla vacância	1364
» Sucessão e substituição do Presidente da República	1369
Duração do mandato presidencial.....	1371
» Possibilidade de reeleição	1372
» É necessária a desincompatibilização para tentar a reeleição?.....	1374
Perda do mandato presidencial.....	1374
» Extinção do mandato presidencial.....	1375
» Cassação do mandato presidencial	1376
“Impeachment” (arts. 52, I e p. único, 85 e 86, CF/88)	1376
Definição	1380
Natureza	1380
Condição de procedibilidade	1381
Procedimento do “impeachment” (ADPF 378).....	1384
(In)existência de prazo para análise de pedido de instauração de “impeachment” contra o Presidente da República.....	1387
(In)existência de direito à apreciação de pedido de instauração de “impeachment” contra o Presidente da República	1388

Natureza das sanções aplicáveis no “impeachment” e a possibilidade de impetração de “habeas corpus”.....	1391
Possibilidade de aplicação seccionada das sanções	1392
Competência para legislar sobre “impeachment” e crimes de responsabilidade	1392
Perda do mandato dos Governadores e dos Prefeitos na CF/88.....	1393
Responsabilização político-administrativa dos Governadores e dos Prefeitos.....	1396
» Responsabilização político-administrativa dos Governadores dos Estados e do Distrito Federal	1397
» Responsabilização político-administrativa dos Prefeitos Municipais.....	1399
Julgados importantes sobre a prática de infrações penais por Governadores e Prefeitos	1403
FUNCIONAMENTO DO PODER EXECUTIVO	1409
Sistemas de Governo.....	1409
» Diferenças básicas entre presidencialismo e parlamentarismo	1409
» Sistema de governo adotado no Brasil	1411
Atribuições do Presidente da República.....	1411
Estabelecimento de prazo para que o Chefe do Executivo regulamente disposições legais	1413
Concessão de indulto pelo Presidente da República e possibilidade de controle judicial.....	1414
Proposta de decretação de estado de calamidade pública nacional.....	1416
Edição de decretos autônomos pelo Presidente da República	1417
GARANTIAS DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO FEDERAL	1420
Foro especial por prerrogativa de função (arts. 51, I, 86, “caput”, e 102, I, “b”, da CF/88).....	1421
Imunidade temporária à prisão provisória (art. 86, § 3º, CF/88).....	1423
Imunidade temporária à perseguição criminal (art. 86, § 4º, CF/88).....	1424

19

PODER JUDICIÁRIO

ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO.....	1430
Classificação pela natureza do órgão.....	1430
Classificação pela natureza da função	1430
Justiça Federal comum	1431
» Grau X instância	1431
Justiça estadual comum.....	1432
Justiça do Trabalho	1433
Justiça Eleitoral	1433
Justiça Militar Federal (Justiça Militar da União).....	1433
Justiça Militar Estadual	1435
Tribunais de superposição	1441
» Art. 36, III, parte final, CF/88	1444
» Art. 102, III, “d”, CF/88.....	1445
Órgão judiciário não jurisdicional (Conselho Nacional de Justiça).....	1446
» O CNJ pode exercer controle de constitucionalidade?.....	1448
» O controle exercido pelo CNJ e a análise prévia de anteprojotos de lei dos Tribunais de Justiça.....	1450
» O CNJ se submete ao controle do Supremo Tribunal Federal?	1451
Qualquer ação proposta contra ato do CNJ é de competência do STF?	1452
» O STF se submete ao controle do CNJ?.....	1454

» Composição do CNJ	1454
» Criação de Conselho de Justiça em âmbito estadual	1457
» Controle de qualidade externo dos serviços prestados pelo poder judiciário	1457
“QUINTO CONSTITUCIONAL”	1458
» Tribunais que devem observar o “quinto”	1459
» Procedimento do “quinto”	1460
» Precedentes envolvendo a aplicação da regra do “quinto”	1461
» Inexistência de membros do Ministério Público que preenchem os requisitos do art. 94, CF/88	1462
» Divergência entre o tribunal e o órgão de classe a respeito do preenchimento dos requisitos constitucionais pelos nomes indicados	1462
» Distribuição das vagas do “quinto” quando são em número ímpar	1463
COMPOSIÇÃO DOS TRIBUNAIS SUPERIORES	1464
» A EC 122/2022 e a alteração da idade limite para se tornar membro de tribunal superior	1466
FUNCIONAMENTO DO PODER JUDICIÁRIO	1468
» Súmula Vinculante	1468
» Pressupostos da sumulação vinculante	1469
» Controvérsia atual	1470
» Multiplicação de processos sobre questão idêntica	1470
» Reiteradas decisões sobre matéria constitucional	1470
» Grave insegurança jurídica	1470
» Requisitos da sumulação vinculante	1470
» Iniciativa	1471
» Aprovação	1472
» Publicação	1472
» Consequência da inobservância da súmula vinculante	1472
GARANTIAS DO PODER JUDICIÁRIO	1473
» Garantias institucionais do Poder Judiciário	1473
» Autonomia administrativa	1474
» Autonomia funcional	1474
» Autonomia financeira e orçamentária	1474
» Garantias funcionais do Poder Judiciário	1477
» Vitaliciedade	1477
» Inamovibilidade	1479
» A possibilidade de permuta dentro da magistratura (EC 130/2023)	1480
» Irredutibilidade de subsídio	1482
» Aplicação do mesmo “teto remuneratório” para os magistrados federais e estaduais	1483
» Os membros do Poder Judiciário gozam da garantia de reajuste automático do subsídio?	1486
» Norma estadual pode criar vantagem remuneratória para a magistratura?	1489
APROMOÇÃO E A REMOÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA E A UTILIZAÇÃO DE TEMPO DE SERVIÇO PÚBLICO COMO CRITÉRIO DE DESEMPATE	1491
DISTINÇÃO ENTRE JUÍZES TITULARES E SUBSTITUTOS PARA FINS DE REMOÇÃO NA CARREIRA DA MAGISTRATURA	1495

20

FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA

OS FUNDOS DE MANUTENÇÃO E APARELHAMENTO DAS FUNÇÕES ESSENCIAIS À JUSTIÇA (E DO PODER JUDICIÁRIO) EM ÂMBITO ESTADUAL	1498
--	-------------

ADVOCACIA PÚBLICA	1503
» Recebimento de honorários sucumbenciais por Advogados Públicos	1503
Pagamento de honorários a Advogados Públicos na cobrança extrajudicial de créditos do Poder Público	1504
O repasse dos honorários aos Advogados Públicos pode ser feito por meio da respectiva entidade de classe?	1505
O ente federado pode reduzir o valor dos honorários dos seus Procuradores quando há programa de refinanciamento administrativo dos seus créditos?	1506
» Advogado Público pode sofrer controle de jornada de trabalho?	1508
» Advogado Público pode sofrer aplicação de multa por descumprimento de decisão judicial?.....	1510
» A Obrigação de os Advogados Públicos realizarem a defesa de administradores públicos em ações de improbidade administrativa.....	1512
» Aplicação do estatuto da OAB a advogados celetistas da Administração Pública...	1515
» Os Advogados Públicos precisam ser inscritos na OAB?.....	1518
Advocacia Pública da União	1519
» Carreiras da advocacia pública federal.....	1519
» Direito a 60 (sessenta) dias de férias na advocacia pública federal	1521
» Proibição imposta aos Advogados da União, aos Procuradores da Fazenda Nacional e aos Procuradores Federais de manifestação pública sobre assuntos inerentes ao cargo.....	1523
» Atuação da AGU.....	1525
» O Advogado-Geral da União.....	1525
» Ingresso nas carreiras da AGU	1525
Advocacia Pública dos Estados e Distrito Federal.....	1526
» Princípio da unicidade orgânica.....	1527
Exceções ao princípio da unicidade.....	1531
Carreiras anteriores à CF/88	1531
Possibilidade de existência de Procuradorias próprias nos Poderes Legislativo e Judiciário e nos Tribunais de Contas.....	1534
Não aplicação da unicidade às empresas públicas e sociedades de economia mista	1536
As universidades públicas estaduais podem ter Procuradorias próprias?	1536
» O regime jurídico da advocacia pública estadual na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	1537
A escolha do Procurador-Geral do Estado	1539
A iniciativa legislativa para tratar dos critérios de escolha do Procurador-Geral do Estado.....	1541
Possibilidade de norma estadual concentrar as citações e comunicações processuais no Procurador-Geral do Estado	1542
Possibilidade de vinculação remuneratória na carreira de Procurador de Estado....	1543
(I)mpossibilidade de vinculação remuneratória entre Procuradores do Estado e Procuradores da Assembleia Legislativa.....	1545
O teto remuneratório dos Procuradores de Estado	1547
É válido o pagamento de adicional de dedicação exclusiva aos Procuradores de Estado?	1550
Possibilidade de os Procuradores do Estado exercerem outras funções em órgãos da Administração Pública.....	1551
» O ajuizamento de ação de improbidade administrativa pela Procuradoria-Geral do Estado.....	1552
» Lei Orgânica de Procuradoria-Geral de Estado pode prever a realização de avaliações periódicas de desempenho dos respectivos Procuradores?.....	1552

· Advocacia Pública dos Municípios.....	1553
· » O teto remuneratório dos Procuradores municipais.....	1556
ADVOCACIA PRIVADA	1557
· » A imunidade do advogado na lei e na jurisprudência do Supremo Tribunal Federal.....	1557
· » Natureza jurídica da OAB e de suas anuidades.....	1559
A OAB se sujeita a controle realizado pelo TCU?	1561
A OAB pode condicionar o exercício da advocacia e a participação nas eleições internas da entidade ao pagamento das anuidades?	1561
· » Validade da previsão do exercício da advocacia para pontuação em provas de títulos.....	1562
DEFENSORIA PÚBLICA	1562
· » Lei federal pode criar Ouvidoria-Geral no âmbito das Defensorias Públicas estaduais?	1565
· » Os Municípios podem prestar o serviço de assistência jurídica gratuita à população de baixa renda?	1567
· » A missão constitucional da Defensoria Pública e a criação do cargo de advogado para a defesa gratuita de praças no âmbito da Justiça Militar	1568
· » Os Defensores Públicos precisam ser inscritos na OAB?	1569
· » Autonomia da Defensoria Pública.....	1570
· » Prerrogativas e princípios institucionais da Defensoria Pública.....	1572
O princípio da independência funcional na Defensoria Pública	1575
· » Princípio do Defensor natural.....	1576
· » O poder de requisição da Defensoria Pública	1577
· » Atuação das Defensorias Públicas estaduais perante os Tribunais superiores.....	1581
· » Ajuizamento de ação civil pública pela Defensoria Pública.....	1582
· » Recebimento de honorários advocatícios pela Defensoria Pública	1583

21

MINISTÉRIO PÚBLICO

NORMAS QUE REGEM O MINISTÉRIO PÚBLICO	1585
· Emenda constitucional estadual pode dispor sobre a organização do Ministério Público local?	1590
· Lei de iniciativa parlamentar pode criar novas atribuições para membros do Ministério Público?	1591
· » Lei estadual pode definir critérios de remoção e permuta de membros do Ministério Público diversos dos previstos na Lei Orgânica Nacional do Ministério Público?	1592
· “Quarentena” para ingresso na carreira	1596
· » Cursos de pós-graduação podem ser considerados atividade jurídica para os fins da “quarentena de entrada”?	1598
· » A criação de programa de estágio de pós-graduação no âmbito do Ministério Público viola a exigência constitucional do concurso público?	1598
ESTRUTURA DO MINISTÉRIO PÚBLICO NA CF/88	1599
· Ministério Público Eleitoral	1600
· Procurador-Geral da República.....	1603
· Procurador-Geral de Justiça dos Estados e do Distrito Federal e Territórios	1603
· » Norma estadual pode impor ao Procurador-Geral de Justiça o dever de prestar informações à Assembleia Legislativa?	1606

· Procurador-Geral do Trabalho, Procurador-Geral da Justiça Militar e Procurador-Geral Eleitoral.....	1607
· Conflito de atribuições entre órgãos do Ministério Público.....	1608
PRINCÍPIOS INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1610
· Unidade	1610
· Indivisibilidade.....	1613
· Independência funcional	1613
ATUAÇÃO AUTÔNOMA DO MINISTÉRIO PÚBLICO ESTADUAL PERANTE O STF (E O STJ)	1614
PRINCÍPIO DO PROMOTOR NATURAL	1616
GARANTIAS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1616
· A autonomia financeira e orçamentária do Ministério Público.....	1617
· A inamovibilidade dos membros do Ministério Público e as designações para atuarem em lotações diversas das originalmente ocupadas	1620
· O assento do membro do Ministério Público à direita do magistrado durante a realização de atos processuais	1621
VEDAÇÕES IMPOSTAS AOS MEMBROS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1622
· Membro do Ministério Público pode advogar?.....	1623
· Exercício de outros cargos públicos por membros do Ministério Público.....	1625
· Exercício de atividade político-partidária por membro do Ministério Público.....	1627
· É possível que uma lei proíba membro do ministério público de se ausentar da sua comarca sem comunicar previamente a corregedoria ou de sair do estado sem autorização do chefe da instituição?	1628
FUNÇÕES INSTITUCIONAIS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	1629
· » Legitimidade para a execução da pena de multa	1630
O “Pacote Anticrime” afetou a legitimidade para a execução da pena de multa?	1631
· » Legitimidade do Ministério Público para o ajuizamento de ações civis públicas	1632
· » O Ministério Público possui legitimidade exclusiva para propor ação de improbidade administrativa?.....	1634
· » Participação em bancas de concursos para cargos externos ao Ministério Público.....	1638
CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO (CNMP)	1638
· Composição do Conselho	1638
· Atribuições do Conselho	1640
MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS	1642
· O Ministério Público de Contas possui iniciativa legislativa para as normas que disciplinam sua organização e funcionamento?	1644
· É constitucional exigir lei complementar para disciplinar o Ministério Público de Contas?	1644
· A lei que disciplina o Ministério Público de Contas pode estabelecer procedimento de escolha do respectivo procurador-geral de contas diverso do procedimento de escolha do procurador-geral do Ministério Público “comum”?	1645
· Constituição estadual pode equiparar a remuneração dos membros do Ministério Público de Contas com a dos membros do Ministério Público “comum”?	1646
· O Ministério Público de Contas e seus membros se submetem ao CNMP?.....	1647
22	
SISTEMA CONSTITUCIONAL DAS CRISES	
ESPÉCIES DE SISTEMAS DE CRISES	1649

PRINCÍPIOS QUE REGEM O SISTEMA DE CRISES	1650
: Princípio da necessidade.....	1650
: Princípio da temporariedade.....	1651
: Princípio da proporcionalidade.....	1651
: Princípio da razoabilidade.....	1651
O SISTEMA DE CRISES DA CF/88: ESTADO DE DEFESA E ESTADO DE SÍTI	1653
: Definição.....	1654
: Hipóteses de decretação (pressupostos materiais).....	1654
: Procedimento de decretação (pressupostos formais).....	1655
: Duração (limites temporais).....	1657
: Medidas coercitivas que podem ser adotadas.....	1658
» Medidas coercitivas permitidas no estado de defesa.....	1658
» Medidas coercitivas permitidas no estado de sítio.....	1659
» Suspensão das imunidades parlamentares.....	1661
: Controles realizados.....	1661
» Controle político.....	1661
» Controle judicial.....	1663

23

FORÇAS ARMADAS

NOÇÕES GERAIS	1665
: A escala hierárquica nas Forças Armadas.....	1666
: Quem pode requisitar o emprego das Forças Armadas?.....	1668
CARACTERÍSTICAS DAS FORÇAS ARMADAS	1670
: Cumulação das atividades militares com cargo, emprego ou função de natureza civil.....	1673
: A obrigatoriedade do serviço militar.....	1674

24

SEGURANÇA PÚBLICA

COMPETÊNCIA LEGISLATIVA PARA TRATAR DE SEGURANÇA PÚBLICA	1677
OS ÓRGÃOS DE SEGURANÇA PÚBLICA PREVISTOS NA CF/88	1678
: E a Força Nacional de Segurança Pública?.....	1680
: Polícia administrativa, polícia judiciária e polícia investigativa.....	1681
» A polícia militar pode lavrar Termo Circunstanciado de Ocorrência (TCO) de infração penal de menor potencial ofensivo?.....	1683
» O Ministério Público pode investigar?.....	1686
: Polícia Federal.....	1687
» Polícia judiciária da União: polícia legislativa vs. polícia federal.....	1688
: Polícia rodoviária federal e polícia ferroviária federal.....	1689
: Polícias civis, polícias militares e corpos de bombeiros militares.....	1690
» A competência legislativa para disciplinar os órgãos de segurança pública dos Estados.....	1695
» A competência legislativa para disciplinar os órgãos de segurança pública do Distrito Federal.....	1698
» Competência para conceder anistia a infrações disciplinares praticadas por militares estaduais.....	1699
» (Im)possibilidade de a Polícia Civil desempenhar atividades típicas de órgão executivo de trânsito.....	1701

»	(Im)possibilidade de lei conferir autonomia à Polícia Civil.....	1704
»	Norma estadual pode conferir independência funcional aos Delegados de Polícia e incluir a Polícia Civil entre as Funções Essenciais à Justiça?	1706
»	Iniciativa legislativa de normas que tratam da organização e do funcionamento da Polícia Civil.....	1707
»	Fixação do subsídio de Delegado de Polícia em 90,25% do subsídio de ministro do STF.....	1708
»	Diferenciação constitucional entre os militares e os servidores civis	1709
	Exercício do direito de greve por policiais civis e militares (e por guardas municipais)	1712
	Proibição legal de manifestação de policiais civis e de militares em determinadas situações	1714
	Polícias penais.....	1716
	Guardas municipais	1718
»	O porte de arma de fogo do integrantes das guardas municipais	1725
	Segurança viária	1726
	E os órgãos de segurança pública dos Territórios?	1727